

UNIVERSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

E

ENSINO SUPERIOR MILITAR

Coronel da Força Aérea Luís M. Alves de Fraga

Resumo

Faz-se uma breve resenha histórica da evolução do sistema de ensino e preparação dos oficiais das Forças Armadas, explicando-se o sistema de socialização militar. Depois, aborda-se a relação entre os conhecimentos que as Academias Militares foram proporcionando aos futuros oficiais e a evolução tecnológica dos armamentos e dá-se a necessária panorâmica para se perceber como as mutações da Revolução Industrial não tiveram um claro reflexo na instrução académica dos oficiais. Neste particular aspecto refere-se o caso português com maior evidência. Mostra-se como a *Guerra-fria* destronou as ideias que norteavam a formação dos oficiais e como os responsáveis de muitas Forças Armadas não perceberam, ainda, a profunda modificação que aconteceu a qual deve condicionar a instrução académica dos futuros oficiais.

Após as explicações anteriores passa-se a tentar descortinar qual o novo papel que cabe, no futuro — que começou já ontem —, ao oficial das Forças Armadas e em particular àquele que é responsável pelas grandes aquisições de material bélico e pela sua utilização no campo de batalha, enaltecendo-se, também, a importância do graduado como condutor de homens e responsável pela manutenção dos níveis de ressocialização das tropas.

Depois de se fazer uma análise prospectiva de quais as causas de conflito militar que se podem delinear no começo desta centúria, inventariam-se os conhecimentos de índole académica que deverão fazer parte da formação do oficial do futuro. Passa-se, em seguida, a estabelecer a comparação entre o modelo de ensino militar que se adoptou em Portugal, após 1974, e o que se usa nos Estados Unidos da América, tendo em vista estabelecer os contornos de uma evolução desejável para as Forças Armadas Portuguesas. Por fim, prospecta-se a evolução da União Europeia e de como esse novo enquadramento político dos Estados poderá condicionar a formação académica dos futuros oficiais do futuro.

UNIVERSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

E

ENSINO SUPERIOR MILITAR

Coronel da Força Aérea Luís M. Alves de Fraga*

1. Introdução

Agora que abandonámos o serviço activo há já alguns anos temos a possibilidade de olhar para trás e apreciar o quanto fomos beneficiados ao longo de seis lustros de carreira de oficial! Na verdade, a ascensão aos vários postos foi sendo lenta, se comparada com os camaradas de outras especialidades (Força Aérea) e dos outros Ramos, mas só por um aspecto ela foi de uma incomparável riqueza: pudemos dedicarmos por inteiro ao ensino durante os últimos quinze anos de actividade militar, que é uma actividade pela qual ainda estamos apaixonados nos dias que correm. Foi um privilégio termos transitado do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA) para a Academia da Força Aérea (AFA), com uma fugaz passagem pela Academia Militar (AM) — no Curso Geral Comum (CGC) — e pela Secção Pedagógica do Ensino Superior do Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE). Hoje leccionamos na Universidade Autónoma de Lisboa.

Quinze anos dedicados à formação de oficiais, primeiro, na transição para major e, depois, na transformação de simples cadetes em oficiais deram-nos oportunidade para meditarmos durante muito tempo sobre o que estávamos a fazer. Acresce que tivemos a possibilidade de aprofundar as nossas preocupações quando fomos nomeados presidente da comissão instaladora do ensino politécnico militar na AFA, quando fomos primeiro director de ensino da Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas e, mais tarde, quando ocupámos as funções de director do ensino universitário da Academia da Força Aérea.

Agora que estamos ligados, há mais de dez anos, ao ensino superior universitário civil ampliaram-se-nos os horizontes, dando-nos ideias claras sobre aquilo que já havia constituído o cerne da nossa actividade castrense. Julgamos, pois, estar em condições para contribuir com algumas sugestões sobre o que poderá vir a ser o Ensino

* Sócio efectivo da Revista Militar, licenciado em Ciências Político-Sociais e Mestre em Estratégia pela Universidade Técnica de Lisboa.

Superior Militar (ESM) e como poderão evoluir no futuro próximo os Estabelecimentos de Ensino Superior Militar (EMES).

A nossa própria formação académica, os nossos interesses intelectuais, a nossa experiência serão as condicionantes das linhas geratrizes da abordagem que vamos fazer. Tratar-se-á de olhar o ESM, em primeiro lugar, com os olhos do militar que somos, depois, com a sensibilidade que nos vêm da História, da Sociologia, da Ciência Política, da Economia, da Estratégia, das Relações Internacionais e, até, do Direito. Lancemo-nos, então, à tarefa de esmiuçar o passado e o presente, tecendo sobre ambos as considerações que julgarmos pertinentes, para sermos capazes de perspectivar o futuro conscientes de que as críticas que possam sobressair das nossas reflexões são bem intencionadas e dirigem-se a todos aqueles que acreditam no valor da discussão frontal, cimentada na lealdade e correcção, que são pilares estruturais do carácter dos que abraçaram por vocação a vida de soldado.

2. Um pouco de História

*A capacidade de comando nasce com cada Homem... a evolução técnica
condiciona o líder natural*

Se nos debruçarmos sobre a história do ensino militar ficamos espantados com o facto de só tão modernamente ter sido organizado e institucionalizado na Europa e no mundo — porque foi no Velho Continente que ele nasceu! Na verdade, havendo exércitos constituídos desde tempos anteriores aos Romanos, só no final do século XVII se começam a esboçar os primeiros traços das escolas militares para formar oficiais e foi só passados cem anos que elas ganharam direito de cidadania. Isto não resulta de um acaso.

A escolha dos chefes militares está associada à maior ou menor organização sócio-política do grupo humano. Assim, quanto menor for a estrutura institucional do poder e da propriedade mais espontânea é a escolha do *general*, quer dizer, este surge naturalmente do grupo como líder que é e como estrategista que se afirma. A «escola» de formação destes «oficiais» é a prática, a experiência, a coragem, a ousadia, a capacidade de comando e a astúcia no combate. Não existe, por conseguinte uma formação, ou melhor dizendo, uma instituição exterior que compila o saber fazer a guerra e o transmite aos condutores de homens; estes são-no porque nasceram líderes. Mas quanto mais a sociedade se organiza política, social e economicamente, mais despreza os líderes naturais para associar à defesa das suas instituições homens que

partilhem e usufruam da organização social tal como ela existe. É deste modo que nas sociedades fundiárias que atribuem à propriedade da terra um grau de hierarquia, a qual, por seu turno, define e estabelece uma aristocracia, que a defesa da instituição orgânica é entregue àqueles que mais têm a perder se ela sofrer alterações por força da acção dos inimigos internos ou externos. Ora, foi este o quadro social que vigorou entre a Idade Média e a Idade Moderna. Contudo, quando como resultado da expansão marítima da Europa, aparece um grupo social cuja fortuna não assentava na posse da terra, mas antes na capacidade de comerciar, quer dizer, quando ter dinheiro se tornou equivalente a ter propriedades agrícolas, os detentores do capital financeiro viram nas inovações da técnica uma fonte de ampliação da riqueza e passaram a incentivá-la. Ao progresso técnico seguiu-se o progresso dos artefactos militares, ou seja a alteração do armamento e, por conseguinte, a alteração do modo de fazer a guerra. A velha aristocracia que sabia conduzir a guerra de uma forma clássica e quase imutável tornou-se incompetente para usar de forma eficaz as novas armas. Teve, então, de recorrer a quem soubesse construir uma fortaleza à prova das novas armas, do mesmo modo que teve de ampliar o fabrico de novos canhões mais potentes e mais resistentes e aprender a fazer pólvora mais inflamável, a calcular distâncias e ângulos de tiro, a manobrar os homens no campo de batalha de forma a utilizar as vantagens do terreno devidamente cartografado. Tudo isto não se passou num curto lapso de tempo; foram precisas várias dezenas de anos para que as necessidades se esboçassem. As Guerras da Revolução (Francesa) foram fundamentais para incrementar o ensino militar, tanto mais que à mudança técnica que se operava estava associada uma mudança política e social importante. É por essa época que os exércitos se *nacionalizam* e os comandos se *democratizam*, dando lugar aos chefes competentes em vez dos chefes hereditários. É por essa época que as Academias Militares começam a assentar arraiais na Europa e, até, no continente americano.

Torna-se imprescindível perceber e reter que a necessidade de formação académica de modernos oficiais do exército andou, neste passado recente, intimamente ligada a progressos técnicos e a alterações político-sociais.

3. Ser militar

O cidadão militar não é superior nem inferior aos outros, é diferente

Nas várias abordagens à questão do ESM temos visto muito poucos autores debruçarem-se sobre essa coisa simultaneamente simples e complexa que é o ser militar. Ora, julgamos, é por aqui que se deve começar, também, a equacionar o problema.

Quando dizemos «ser militar» não fazemos qualquer diferenciação entre postos hierárquicos ou, até mesmo, entre aquele que opta pela actividade castrense como profissional e o indivíduo que, compulsivamente, se vê entre as paredes de um quartel no cumprimento de uma obrigação de cidadania. Interessa-nos simplesmente responder à pergunta: — O que é ser militar?

Por certo não é militar aquele que só veste uma farda; é militar quem tem uma *personalidade* militar, ou seja, o militar não *parece*, o militar *é*.

A diferença entre *parecer* e *ser* militar resulta do facto de o militar *fazer-se*. Com efeito é durante a instrução militar inicial que se inculcam todas (ou quase todas) as grandes alterações comportamentais no civil que ingressa nas fileiras. Não se procuram transmitir só mudanças de comportamento exterior; acima de tudo visa-se a alteração de valores comportamentais que moldam a personalidade e dão forma ao carácter. É a esse nível que a transformação se torna mais eficaz e profunda.

No essencial o recruta aprende a dominar o medo, a suportar a dor e o cansaço, a ganhar sentido de grupo, a saber sacrificar-se, a ser violento quando a situação o exige, a obedecer com prontidão e disciplinadamente, a reconhecer nos seus chefes a autoridade capaz de anular a sua própria vontade, enfim, a aceitar que o serviço militar é honroso, porque está abnegadamente ao dispor da comunidade onde se nasceu e que se quer ver dignamente continuada. Podemos chamar a este processo de mudança um fenómeno de ressocialização na medida em que todo o indivíduo é socializado pelo simples facto de ser ensinado (pelos pais, pelos familiares, pelos professores, pelos amigos, pelos patrões... enfim, pela vivência em sociedade) e só alguns, aqueles que *vão à tropa*, é que sofrem uma nova aprendizagem na qual certos valores, por vezes considerados *negativos* na sociedade civil, vão ser ensinados e exaltados. Estão neste caso todos os que levam o militar a aprender a matar ou a combater, evitando que perca a vida, mas com a condição de que sejam postos em prática só em determinadas circunstâncias que não são condenáveis pela sociedade civil, não devendo, por isso, ser julgados e condenados, porque, em certas ocasiões, até podem ser motivo para serem apontados como feitos altamente meritórios. Quer dizer, a ressocialização militar faz nascer como que um *desdobramento* dos valores, gerando um *outro* homem que *vive* em perfeita harmonia com o civil que antes existia nele. Pessoalmente, estamos convencidos que muitos dos traumatismos psíquicos de que ex-combatentes sofrem resultam de uma precária ressocialização militar seguida de uma total falta de reinserção no ambiente social de proveniência. Por outras palavras, são consequência de recrutas

mal feitas e de apressadas passagens à disponibilidade sem qualquer tipo de apoio sócio-psicológico.

Uma vez que o modelo que acabámos de traçar se aplica a todo e qualquer militar, a questão que agora colocamos é a de saber como é que ele deve ser ampliado para formar oficiais do quadro permanente das Forças Armadas (FFAA).

A resposta foi sendo dada ao longo dos anos através do simples aumento do tempo de preparação dos oficiais em escolas especiais — as Academias. Com efeito, a vida em comum, segundo um regime disciplinar apertado e exigente, com treinos militares sucessivos, simulando as piores condições de combate, foram e continuam a ser o *único* processo de conseguir uma ressocialização dos oficiais do quadro permanente em condições de suportarem psicologicamente as maiores adversidades no combate e, mesmo assim, não entrando em ruptura, continuarem a ser capazes de comandar os seus homens. Para que o modelo fosse sendo melhorado não se tornaram necessários estudos profundos de psicólogos ou de sociólogos; a experiência ensinou que esse era o caminho, porque para além de o oficial de carreira ter de ser *mais militar* — no sentido em que tem de ter uma melhor preparação para a única coisa para a qual efectivamente se prepara: a guerra — ele tem de aperfeiçoar, até ao limite do possível, a sua capacidade de liderança, dado que é nela que se situa o pilar de suporte da manutenção da ressocialização de todo o aparelho militar em combate. Sem oficiais capazes de superar as suas próprias dificuldades em ambiente de guerra não há soldados que se sustentem após os primeiros desgastes do conflito... isso corresponde à ruína e ao caos de um exército.

Quando, entre nós, se fala em ESM parece esquecer-se a vertente que acabámos de expor para só enfatizarmos o ensino académico que, afinal, qualquer universidade é capaz de ministrar. Esse ensino não faz oficiais; faz homens fardados de oficiais se calhar incapazes de suportar a dureza da tomada de decisões em situação de campanha.

Em nossa opinião os alicerces sobre os quais devem repousar — e têm de continuar a repousar — a formação dos oficiais do quadro permanente (QP) são os da ressocialização perfeita do candidato aos postos de comando das FFAA. É por aqui que tem de começar e acabar toda a estrutura cognitiva do futuro oficial e, por conseguinte, toda a construção dos *curricula* que lhes vão dar cultura científica. Esquecer ou minimizar este aspecto é preparar FFAA para serem incapazes de cumprirem a sua função principal.

Poucas são as actividades humanas que exigem um processo de ressocialização; a mais destacada de todas, em paralelo com a castrense, é a religiosa. Um homem ou mulher que dedica a sua vida ao proselitismo religioso tem de sofrer um *reencaixe* sociológico para suportar os duros combates que vai enfrentar com a sociedade e, acima de tudo, com a sua própria natureza. É por isso que para ser membro dirigente de uma sociedade religiosa — seja ela qual for — e para ser graduado militar é necessária *vocação* (do latim *vocatione*: acto de chamar).

4. O modelo ultrapassado: — quando se controlava o que se manufacturava

Arsenal: estabelecimento destinado ao fabrico e depósito de armas e munições de guerra ou à construção e reparação de navios

Com o advento dos grandes exércitos, em pleno século XVIII, coube às chefias militares providenciarem o fabrico do seu próprio armamento. Foi assim que nasceram os grandes arsenais que desde a pólvora até às baionetas, passando pelos canhões e espingardas tudo faziam para manterem devidamente preparados para a guerra os seus soldados.

Os grandes arsenais só começaram a ter existência não como uma consequência directa do aumento do número de homens que integravam as forças militares, mas, especialmente, com a evolução das técnicas de fabrico dos artefactos militares. Ora, estas estavam ligadas às novas descobertas no domínio da física e da química, ou seja, aos conhecimentos que se situavam na vanguarda da evolução da ciência. Por outro lado, o aumento de efectivos nas tropas combatentes foi de tal modo significativo que para enquadrá-las eram escassos os oficiais que se recrutavam entre a aristocracia, os quais, por seu turno, não se mostravam propensos a aprender novos conhecimentos, valendo-lhes o simples facto de, pela condição social, serem líderes militares. A direcção e organização dos grandes arsenais militares teve de ser entregue a «especialistas» que se dispunham a adquirir o conhecimento das ciências que estavam envolvidas com o método de fabrico utilizado nos estabelecimentos que forneciam as armas necessárias ao combate. Houve, por conseguinte, como que um aburguesar dos quadros militares, em especial os mais importantes, porque estavam ligados àquilo que hoje chamaríamos a logística de combate.

A Revolução Francesa e a divulgação dos ideais liberais pela Europa consolidou a cultura burguesa que virava costas à cultura aristocrática e passava a apoiar-se no saber técnico que incluía a matemática, a física e a química. Foi esta nova

cultura que esteve na base da primeira Revolução Industrial a qual marca significativos avanços no modo de produzir.

Em Portugal, depois da vitória definitiva do liberalismo, em 1834, soprou o vento de modernidade que já varria a Europa e tentou introduzir-se no ensino universitário, em Coimbra, cursos de engenharia para acelerar o desenvolvimento geral do país. Foi vão o esforço, tal como foi vã a tentativa de criar em Lisboa uma universidade que contemplasse uma formação menos clássica e mais virada para as ciências exactas. Coimbra detinha o monopólio do saber e não estava disposta a partilhá-lo nem a deixar que perdessem importância, na sociedade e na vida política nacionais, os bacharéis em Direito.

Teve de se usar de um artifício para conseguir alcançar os objectivos que se impunham no avanço para a modernidade. Sendo o marquês Sá da Bandeira ministro da Guerra, propôs ao Governo que se criasse no âmbito do seu ministério, ficando sob a alçada castrense, uma escola — a Politécnica — e uma Escola de Guerra onde se ministrassem os cursos preparatórios para a carreira militar (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) e os necessários conhecimentos básicos para a conclusão do curso de Engenharia Civil a fazer na Escola de Guerra. Assim nasceram entre nós os cursos de Engenharia e a formação com base científica dos oficiais das restantes Armas.

Ensinavam-se as «novas» ciências — física, química, matemática, geologia, topografia e geodesia — para que todos os futuros oficiais fossem capazes de calcular distância e ângulos de tiro, utilização de materiais explosivos, construção, rápida e temporária de abrigos, ou demorada e perene de fortalezas, construção de pontes, abertura de estradas, supervisão no fabrico de peças de artilharia e de espingardas, de aços para espadas e baionetas, fabrico de pólvoras e rastilhos e tantos outros artefactos que equipavam os soldados. O oficial, nesta nova concepção, como resultado da evolução das técnicas, era um condutor de homens, mas era, também, um supervisor de construções e fabricos; tinha de saber prever e prover o Exército nas necessidades dos diferentes escalões, porque lhe cabiam os cargos de direcção de obras e de arsenais.

Curiosamente é a própria Revolução Industrial quem vai destronar este modelo de formação de oficiais. Não se tratou de uma transformação rápida; pelo contrário, ela assumiu uma feição lenta e sub-reptícia que só já a meio do século XX se torna evidente e irrefutável.

5. O modelo actual: — quando se encomenda o que se quer usar

A economia de mercado chegou à guerra

A meio do século XIX a industrialização ganhou um alento muito maior do que aquele que já tinha. Esse facto ficou a dever-se especialmente à existência de capitais disponíveis para se concentrarem no investimento produtivo que os novos inventos técnicos, em cada dia que passava, mais alimentavam. A simples manufactura produzida em oficina foi substituída pela produção em maior escala na fábrica. Cada vez mais se ia aprendendo a racionalizar o trabalho, percebendo que se podia produzir em série em substituição da produção da peça única.

Este movimento de associação do capital privado à produção estendeu-se, também, a domínios que até então eram tradicionalmente geridos pelo Estado; foi o caso da indústria de armamento. Realmente, grandes capitais juntaram-se para formar companhias produtoras de artefactos bélicos, separando a produção de armamento dos interesses imediatos e dos objectivos políticos dos Estados. Um canhão tanto passou a ser comprado pelo exército do Estado onde se implantava fisicamente a fábrica que o produzia como pelo exército de outro Estado que, até, poderia no curto prazo vir a ser oponente do primeiro. Quer dizer, os interesses do capital-indústria separaram-se claramente dos interesses do Estado. Foi um processo lento que desembocou na Grande Guerra (1914-1918), também, mais tarde, designada por 1.^a Guerra Mundial.

O tempo que decorreu entre os anos 50 do século XIX e o começo da guerra em 1914 não deu para que os estados-maiores se apercebessem desta modificação profunda a qual se manifestou pela perda do controlo da produção dos artefactos bélicos e, por isso, a formação dos oficiais, na Europa, não sofreu alteração de monta; toda a sua preparação continuou a fazer-se tal como se lhes competisse ainda a direcção dos grandes arsenais. Mesmo depois do final da 1.^a Guerra Mundial a célebre *Linha Maginot* foi concebida por engenheiros militares franceses, dentro da velha tradição de que ao Exército cabia a obrigação da construção das suas obras defensivas. Todavia, se o planeamento ainda se fez no âmbito militar, a verdade é que na construção propriamente dita já foi utilizada mão-de-obra civil e indústria não militar.

A 2.^a Guerra Mundial veio confirmar o que se havia tornado uma realidade: a produção do armamento e das maquinarias militares já não cabia ao domínio castrense mas tão só ao civil em igualdade de circunstâncias com qualquer outro produto, desde a simples pasta de dentes à locomotiva de caminho-de-ferro. Preparar oficiais com conhecimentos técnicos mais próprios de um fabricante do que de um utilizador era um modelo obsoleto de educação militar. Apegados ao tradicionalismo e desinseridos da

evolução social, política e económica do mundo, em muitos países, os responsáveis militares continuaram na senda anterior, ainda que tenham feito ligeiras correcções, as quais iam no sentido de possibilitar que os oficiais pudessem estar a par do conhecimento de *fabrico* dos artefactos bélicos que utilizavam. Quer dizer, já não os produziam, mas sabiam como se faziam e podiam discutir a compra em função desse conhecimento. Este foi o modelo adoptado em Portugal para a formação dos seus oficiais depois do segundo conflito mundial, ou seja continuaram-se a privilegiar os conhecimentos em ciências exactas na preparação dos oficiais das chamadas «Armas» (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Pilotagem Aeronáutica) bem como os da Classe de Marinha com as respectivas especializações subsequentes. Era evidente que os de Engenharia e de Administração Militar tinham de ter a educação adequada ao desempenho das suas funções específicas.

A *guerra-fria*, ao nível das indústrias de armamento, correspondeu ao cúmulo da transformação. Com efeito, dois fenómenos ocorreram em concomitância: em primeiro lugar, no Mundo Ocidental, a produção dos artefactos bélicos passou totalmente para a área dos investimentos privados que concorriam entre si de forma idêntica à que se usava para qualquer outro produto; em segundo lugar, e mais grave, é que os armamentos se tornavam obsoletos não segundo uma lógica de uso (a nova arma obriga à construção de outra mais eficaz), mas segundo uma lógica de *não uso*, ou seja, era o próprio mercado que antes do artefacto poder ser usado o destronava por força de novas evoluções tecnológicas. Este salto *qualitativo* na produção armamentista transferiu a opção de escolha entre esta ou aquela arma do modo como ela *funciona* para as suas *potencialidades operacionais*. Quer dizer, já não interessa saber ou discutir o modo de funcionamento/construção, mas antes os resultados da aplicação da arma; separou-se claramente o construtor do utilizador ou, por outras palavras, o que interessa é saber tirar rendimento da arma e não como ela foi feita ou como ela funciona. Só assim se justifica que guerrilheiros analfabetos usem com elevados resultados armas altamente sofisticadas. Ao nível dos artefactos bélicos passa-se qualquer coisa semelhante ao que acontece com o uso dos computadores: já não é preciso saber programar, nem conhecer a linguagem de programação usada... o que interessa é *saber utilizar* com o máximo rendimento.

Chegados a este ponto, muitos dos estados-maiores responsáveis pela formação dos oficiais dos quadros permanentes não foram capazes de perceber a grande

transformação que se tinha operado no modo de fazer a guerra e, por isso, persistiram no velho modelo que vinha da 2.^a Guerra Mundial. Foi o caso português.

6. O modelo futuro — quando se explora o que está à venda

Mais importante do que saber como funciona é saber escolher e tirar todo o rendimento do que se escolhe

Evidentemente que o devir é sempre uma incógnita, mas, apoiando-nos no presente com uma boa dose de ponderação e alguma lógica, é possível delinear, às vezes quando grande aproximação, o que vai ser o futuro. Ora, em termos de armamento e do seu fabrico quase podemos ter a certeza de que mais caminharemos para a liberalização até chegarmos ao ponto ter de optar pelo fornecedor mais apropriado às necessidades de defesa de que cada Estado carece. É evidente que as grandes potências opor-se-ão à comercialização livre dos armamentos que lhes garantem o estatuto na cena internacional, mas isso não invalida que a obsolescência resultante de novas descobertas e novos investimentos em I&D ponha no mercado os artefactos bélicos que até pouco tempo antes eram secretos e invendáveis. Tudo dependerá da capacidade financeira de investimento em sistemas complexos de armas e da necessidade de os operar. No entanto, o fundamental da ideia de futuro que acabamos de expor nem é a liberalização do comércio de armamento, mas sim a cada vez maior desnecessidade de lhe conhecer o modo de fabrico e de funcionamento... bastará saber operá-lo com o máximo rendimento. Esse facto libertará o comandante para a função de comando, isto é, para lhe dar maior capacidade para conduzir os seus homens a resultados mais rentáveis do ponto de vista operacional. O comandante voltará a ser um líder disponível para se colocar ao lado dos combatentes, combatendo, tal como acontecia quando a ausência de sofisticação do armamento fazia dele um exemplo para os seus companheiros.

Nesta visão do modelo futuro — em que o combate será cada vez mais um assunto a resolver entre tropas combatentes (curiosamente voltaremos, por força do uso de armas *inteligentes* ao modelo de guerra medieval, abandonando o de *guerra total*, porque só colateralmente as populações civis serão afectadas pelo conflito) — o acto bélico será mais desgastante, mais flagelante, mais difícil de suportar pelo combatente e isso obrigará a um mais elaborado processo de ressocialização militar o qual, em última análise, implicará numa modificação da instrução e preparação do oficial de carreira.

As primeiras manifestações da alteração do modelo militar estão já à vista com a tendência para a profissionalização dos Exércitos, abandonando-se a ideia da

conscrição nacional e isso vem impor uma cada vez mais sólida ressocialização de todo o pessoal militar. E quando dizemos todo não nos esquecemos do papel do oficial nesse processo. Torna-se, pois, urgente estar *à frente do futuro*, pensando no que deve aprender todo aquele que vai ter o comando superior dos Exércitos daqui a duas ou três dezenas de anos, porque se os chefes de amanhã tiverem sido moldados de acordo com a visão do passado e, no máximo, a do presente, quando tiverem de decidir as grandes reformas fá-lo-ão espartilhados pelos condicionalismos daquilo que viveram e aprenderam. Olhar o futuro, imaginando-o, é um rasgo de genialidade. A actual geração de chefes militares tem, forçosamente, de ser genial, porque se o não for condenará, irremediavelmente, à mediocridade aquela que lhe vai suceder daqui a três dezenas de anos.

Em face do que dissemos antes coloca-se a questão de saber como deve ser o oficial do século XXI (temos de aceitar que todos os que ainda existem são, de facto, oficiais do século XX, dado que transportam em si os vícios dos ensinamentos do passado).

7. Ser oficial no século XXI

O oficial além de ser um gestor de violência será aquele que integra e explica o valor da guerra na vivência das sociedades humanas do futuro

Seria estulto todo aquele que quisesse fazer a previsão do que vai ser o oficial do século XXI. Uma centena de anos é tempo excessivo para que alguém, em seu pleno juízo, possa garantir seja o que for. Todavia, já não será desavisado tentar prospectar tendências que podem evoluir de acordo com a experiência que temos de outros tempos. Serão balizas que poderão, ou não, vir a ser respeitadas e que dependerão de factores vários: da experiência que se tem do passado e da análise que dele se for capaz de fazer; da perspicácia de, no presente, ser hábil para imaginar um futuro; de encontrar as linhas que, segundo a lógica assente na probabilística, vão reger a evolução dos Estados e as relações que entre si possam estabelecer.

Tomemos um exemplo: a previsão de um conflito entre o mundo livre assente na economia de mercado e o mundo socialista apoiado na economia planificada determinou um perfil de oficial que as diferentes guerras de guerrilha — imprevisíveis nos anos que antecederam o final da 2.^a Guerra Mundial — veio corrigir e, até certo ponto, alterar. Os códigos comportamentais dos comandantes da 1.^a Guerra Mundial sofreram alterações durante a 2.^a e especialmente nos conflitos regionais — subversivos ou não — que se lhe seguiram; essas alterações, curiosamente, já se começavam a

esboçar nos comportamentos adoptados nas diferentes campanhas de pacificação colonial que as potências europeias desenvolveram no final do século XIX e começo do século XX. A *resposta* que os condutores de homens e gestores de violência foram dando teve gradações diferentes e eminentemente dialécticas. Contudo, foi dentro de certos limites e no respeito por eles que essa dialéctica se desenvolveu. É este raciocínio que nos leva a supor que o modelo se repetirá no futuro. No entanto, o que se torna importante avaliar e prever são as mudanças conjunturais que determinarão o cenário social e comportamental em que se desenrolarão os conflitos. Vejamos.

Será possível uma 3.^a Guerra Mundial nos moldes e segundo a dinâmica que tiveram as duas anteriores? A resposta parece-nos óbvia: jamais se repetirão conflitos globais sob pena de utilização das panóplias de armamento nuclear que porá fim à vida sobre a Terra, pelo menos tal como a conhecemos. Mas quererá isto dizer que o *terror* nuclear desaparecerá? Também não, porque ele constitui o elemento dissuasor que garante que o próprio passado não se repete de modo semelhante. Quer dizer, as carnificinas dantescas de 1914-1918 e de 1939-1945 estão postas de lado, ou, se não estiverem, darão lugar à destruição da humanidade e das sociedades organizadas tal como existem. Mas acabarão as mortes em massa? Parece-nos evidente que não, pelo menos em certas regiões da Terra, mas essas serão ditadas por processos mais grotescos: os genocídios pela fome ou pela guerra de baixa intensidade.

E como evoluirão as sociedades organizadas? Julgamos que a tendência será para a globalização, por um lado, e para a regionalização por outro. A globalização assumirá a face pacífica da igualização dos povos sob o domínio imperial que se esboça e pretende consolidar; tenderá a ser uma *pax americana* pontuada aqui e ali por conflitos de *rebeldia*. Mas se essa é uma face da tendência a outra centrar-se-á na regionalização ditada por factores económicos: a um lado estarão os contra-poderes da globalização imperial, especialmente representados pela Comunidade Europeia em consolidação e por grandes arranjos geopolítico-económicos que unirão os Estados do sub-contidente americano e os dos Estados afro-asiáticos, e a outro, estarão os não alinhados e falhos de tecnologias, mas ricos em matérias-primas os quais terão capacidade de bloquear, ou fazer resvalar para o bloqueio, a possibilidade de desenvolvimento dos grandes espaços. Quer dizer, o mundo confrontar-se-á entre muito ricos, ricos e potencialmente ricos. Mas se esta é a face economicista da evolução das sociedades, não poderemos esquecer a outra metade deste *rostro*: no mundo confrontar-se-ão culturas assentes basicamente em princípios religiosos. Realmente, quanto mais

evoluída forem as sociedades menos procurarão o esteio da moral religiosa que lhes for tradicional... tudo passará a ser permitido; em oposição, quanto mais pobres forem as sociedades que não conseguirem ascender à abundância, mais apegadas a valores morais tradicionais elas se mostrarão. O choque cultural poder-se-á dar não por recurso a formas de guerra «clássicas», mas por utilização da subversão subtil e lenta da «cultura económica», levando as sociedades a recusarem o consumo de certos bens que serão identificados com a imoralidade, ou pela prática de actos de terrorismo não selectivo. Seja como for, o que sobressai é que o conflito estará sempre latente.

Qual terá, então, de ser o perfil do oficial das FFAA de qualquer Estado no século XXI? Por outras palavras, que matérias deverá ele dominar para se desempenhar com correcção, eficácia e eficiência das suas funções?

Se admitirmos que no começo da carreira lhe deverão ser ministrados os fundamentos de toda uma estrutura cognitiva que ele terá como obrigação ir desenvolvendo ao longo dos anos de serviço e de acordo com as diferentes graduações que for atingindo, opinamos que, para além da liderança (que supõe o domínio da psicologia), da táctica, da organização e da logística, ser-lhe-ão indispensáveis os instrumentos que o levem a compreender as conjunturas históricas, sociais, económicas, culturais e políticas onde se movimenta e a inter-relação das mesmas com as que possam definir ou configurar ameaças potenciais ou conflitos declarados ou em fase de erupção, tendo em vista a formação de uma capacidade estratégica que, mais tarde ou mais cedo, lhe vai ser necessária para a condução superior da defesa militar, quer ela se delimite no interior da conjuntura onde o oficial está inserido, quer ela abranja espaços geográficos mais amplos. Ser-lhe-ão completamente desnecessários os conhecimentos, mesmo que básicos, da construção ou reparação dos artefactos bélicos que vai utilizar. Importante será saber tirar deles todo o rendimento possível enquanto utilizador.

A partir dos traços que deixámos esboçados — e ir mais longe seria entrar no terreno escorregadio da mera suposição e da máxima imaginação — a adaptação ter-se-á de fazer aos contextos concretos, porque, por exemplo, um oficial angolano terá de ter características formativas bem diferenciadas de um brasileiro ou de um português. Só a evolução política, social, económica e cultural poderá ditar os aprofundamentos cognitivos que cada unidade política (e propositadamente fugimos ao termo Estado) deverá esperar dos seus oficiais.

Tendo em atenção tudo o que até aqui fomos desenvolvendo haverá que olhar, agora, o caso concreto português e tecer as considerações críticas que ajudarão à reforma que se começa a impor no ESM.

8. A solução portuguesa e a solução americana

Os oficiais das Forças Armadas têm de ter uma formação académica de nível universitário

As sucessivas reformas que se foram fazendo no ensino dos oficiais dos quadros permanentes dos três Ramos das FFAA (desde que há três) tiveram, até 1986, sempre em conta o modelo que foi traçado no começo do século XIX para a preparação dos seus camaradas de armas nos outros países europeus e em quase todos os do mundo. Pequenas alterações curriculares que visavam uma actualização de conhecimentos mais consentânea com a evolução da técnica foi o que determinou as sucessivas «reformas» que aconteceram na Academia Militar (desde a sua criação em 1837) e nas Escolas suas congéneres destinadas à preparação de oficiais da Armada e da Força Aérea. Nunca foi posto em causa o princípio adquirido como fundamental que a educação de base dos candidatos ao oficialato deveria ser o das chamadas «Ciências Exactas»; a física, a química e a matemática foram sendo a base de todo o Saber, mesmo o daqueles que simplesmente se destinavam ao comando directo de tropas, tendo de saber ler uma carta geográfica e alguns sinais convencionais.

Em 1986, de uma forma que não assenta, realmente, em nenhum fundamento imperioso de ordem cognitiva ou pedagógica, mas que se pode apoiar, tão-somente, em razões sociais provenientes de uma conjuntura na qual os militares começavam a perder importância depois de um elevado protagonismo político que se seguiu a 25 de Abril de 1974, deu-se a primeira grande transformação *aparente* no ensino militar destinado à formação de oficiais dos quadros permanentes: a conclusão do curso conferia-lhes o direito, por equivalência, à posse de uma licenciatura académica em Ciências Militares. Quer dizer, aquilo que até então era um curso com características de ensino superior, mas essencialmente profissionalizante, tal como seria desejável e aconselhável em resultado da necessidade de mudar comportamentos profundos, ressocializando os candidatos à vida militar, foi integrado no sistema educativo universitário português, mas restringindo o seu acesso àqueles que pretendiam vir a ser oficiais dos quadros permanentes das FFAA. Em suma, uma aberração a todos os títulos!

Uma aberração, porque não houve a preocupação de definir o que se pode e deve entender por «Ciências Militares» e, consequentemente, não se lhe definiu o nem o âmbito nem o método científico de investigação e de aplicação. Uma aberração, porque se impediu qualquer candidato à licenciatura em Ciências Militares de continuar civil — veja-se o exemplo da licenciatura em Teologia que não obriga ao abraço da vida eclesiástica. Uma aberração, porque não se separou clara e distintamente o currículo «científico» do currículo profissionalizante, tal como acontece nas licenciaturas em Ciências Jurídicas, por exemplo (o licenciado profissionaliza-se em advocacia, notariado ou jurisprudência) ou em Medicina (que obriga para aceitação na Ordem dos Médicos à conclusão do internato geral). E nessa *doce ilusão* se continuou até aos dias de hoje, dando como exemplo mais comum o caso da formação dos oficiais das FFAA dos Estados Unidos da América (USA), que após conclusão do curso possuem o grau de bacharel (não há licenciaturas no ensino superior daquele país). Ora, o que acontece nos USA em pouco se compara com o caso português, porque lá «a Universidade “entrou” nas Academias militares e cá foram estas que “entraram” nas universidades». Quer dizer, os oficiais americanos, formados nas Academias *acrescentam* à sua educação militar (leia-se, ressocialização) um curso universitário; em Portugal *acrescentou-se* aos cursos de licenciatura conferidos pelas universidades mais um, o de Ciências Militares. A partir desta situação passou a viver-se um equívoco. Equívoco que está a ser conduzido para a criação anómala de uma *Universidade* das Forças Armadas.

É evidente, além de conveniente, que os oficiais das FFAA portuguesas tenham uma formação académica de nível superior em tudo semelhante ao de uma qualquer licenciatura, mas nada obriga a que haja uma licenciatura em *Ciências Militares* restrita a oficiais dos quadros permanentes das referidas FFAA.

Chegámos pois ao ponto de ruptura com um modelo que em nada dignifica nem as Academias militares nem a Universidade portuguesas. O problema tem de ser pensado de raiz, expurgando-o de todos os mal-entendidos anteriores e de todas as tradições que já só são isso mesmo. O problema tem de ser equacionado de acordo com a evolução do mercado, da sociedade e, acima de tudo com as transformações tecnológicas e da conjuntura internacional.

9. Vingará a União Europeia?

Naturalmente que os futuros oficiais das FFAA dos países da União Europeia terão de ter uma formação diferente da que actualmente lhes é ministrada. E porquê? Pela simples razão que o fundamento da socialização militar (ou ressocialização, como lhe temos vindo a chamar) se faz partindo de pressupostos que têm por base conceitos históricos que dão fundamento à nação, ao nacionalismo e, por conseguinte, a um conceito ainda não modificado de soberania. Para que, de facto, possa haver uma União Europeia não basta caminhar para a unidade monetária nem para a abolição de fronteiras, nem, até, aceitar uma redução de soberania; é preciso que se defina uma política externa comum e uma política de defesa comum. Ora, uma e outra implicam no surgimento de um *novo* conceito de soberania — o da União — que relega para um plano totalmente secundário aquele que ainda hoje vigora nos Estados que a integram.

Do que aqui se trata não é de uma mera decisão política negociável em qualquer cimeira europeia; trata-se de algo que vai muito mais longe do que isso, porque se radica no inconsciente colectivo dos povos que formam os Estados da União; trata-se de História e, por conseguinte, de Cultura, tomada esta no sentido sociológico e antropológico, ou seja, naquilo que caracteriza os grupos sociais humanos e lhes dá coesão.

A soberania da União Europeia passa por ter de se verificar uma «suave revolução» de mentalidades ou, para sermos mais expressivos, por uma lenta combustão da História dos povos, levando-a ao esquecimento para que em seu lugar nasça uma História de *unidade* onde geograficamente imperou uma História de rivalidade.

A nossa grande dúvida assenta na possibilidade de alguma vez se conseguir atingir um estágio de evolução política na Europa que seja capaz de gerar a plataforma comum de entendimento (para o presente e futuro) e de esquecimento (do passado). Se a Europa não conseguir ultrapassar o estágio do nacionalismo estadual para dar lugar a um nacionalismo unionista jamais passará de uma *hipótese* de União política.

Quando na Europa se for capaz de construir a União efectiva — tal como a Itália e a Alemanha construíram os respectivos Estados no século XIX — ter-se-ão de modificar as formações dos elementos que integram algumas das instituições detentoras da capacidade de gerar violência — no plano interno e no plano externo: as polícias e as FFAA.

O que no presente se verifica é que educação militar dos países europeus e, especialmente em Portugal, continua a basear-se na exaltação dos conceitos de

soberania nacional, de interesses nacionais e de estratégias nacionais e, muito vagamente, em operações de manutenção de paz e, ainda de forma mais diluída, em política de defesa comum da União Europeia — neste particular aspecto sobressai mais o ultrapassado conceito de defesa comum com base na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que esgotou a sua finalidade inicial e se prolonga, agora, como um processo de enfeudamento da Europa, fracamente militarizada, aos EUA.

Em face do que acabamos de expor a grande questão que se deve colocar é a de saber (acreditar) que a União Europeia é, ou vai ser, duradoira. Não se trata tanto de querer que seja, mas de avaliar se tem possibilidades para o vir a ser. E a condição primeira para essa análise — na perspectiva em que vimos desenvolvendo o nosso raciocínio — não passa pelas declarações políticas feitas à volta das mesas de negociações, mas sim por actos que comprovem o esbatimento dos nacionalismos antigos para dar origem a um novo nacionalismo. Ora, para que tal aconteça terá, à semelhança do passado e com base nas experiências conhecidas, de haver (ou de vir a definir-se) um Estado director do processo (Prússia para a Alemanha e Piemonte para a Itália). Qual será o Estado que polarizará o *nacionalismo* europeu? Alguma vez haverá esse Estado comumente aceite pelos restantes? Não passará a União Europeia de uma excelente Comunidade Económica? Quando e por que motivo se desmoronará efectivamente a União?

Se o prognóstico de uma União Europeia com política de defesa comum se concretizar a formação dos oficiais dos quadros permanentes das FFAA deixará de ser uma preocupação estadual para passar a ser um encargo federal (?) e, neste caso, pouco ou nada mais teremos a acrescentar, porque serão os interesses da União que ditarão o perfil das novas FFAA; as Escolas onde se ministrará o ESM situar-se-ão algures na Europa e integrarão contingentes variados de candidatos oriundos dos diferentes Estados federados (?). Para o caso de concretização do prognóstico não faz sentido prosseguirmos com mais considerandos, no entanto, se acaso a nossa conjectura falhar — como supomos que falhará, por insuperáveis diferenças culturais — então haverá que aprofundar os delineamentos dos traços do esboço da formação académica dos futuros oficiais das FFAA portuguesas.

10. O que necessita saber um oficial português no futuro

Nem sempre os homens usam a inteligência ao serviço de boas causas

Enquanto a União Europeia não caminhar para a formação de uma unidade política integrada — se alguma vez isso vier a acontecer — haverá que delimitar os contornos do que poderá ser o ESM em Portugal.

Como já se disse, os avanços tecnológicos em todos os domínios e também no do armamento arredaram a necessidade dos operadores terem de saber como funcionam internamente (isto é, enquanto máquinas) os artefactos com que laboram; mais ainda, não carecem de estar preparados para os reparar. O que os operadores de qualquer artefacto complexo resultante dos avanços da técnica devem saber é utilizá-lo na sua função, tirando dele o máximo rendimento. Isto pode ser feito por qualquer indivíduo com qualquer tipo de formação educacional básica ou superior. O que se espera do oficial das FFAA (e aqui excluimos aqueles que pela especificidade das suas funções têm de ter uma formação superior compatível: engenheiros, médicos, administradores e juristas) é que ele saiba conduzir os seus homens em operações com a inteligência e o conhecimento da ciência da guerra que os leve a sofrerem o mínimo de baixas e a alcançar o máximo de bons resultados. Em suma, ele tem de ser um líder e um gestor. Para além disso deverá possuir habilitações académicas que lhe permitam uma rápida inserção no mercado de trabalho, se ao longo da sua vida optar por abandonar a carreira castrense ou se para ela ficar invalidado. Mas esta solução passa também por, qualquer que seja o curso superior, garantir que as FFAA possam tirar dele o conveniente rendimento enquanto o militar estiver nas fileiras. Em suma, ter-se-á de reformular o modelo presente, conduzindo-o para balizas que permitam:

a) Possibilitar o recrutamento tanto de jovens que vêm das aéreas das Ciências Exactas como das Ciências Sociais e Humanas;

b) Criar nos Estabelecimentos de ESM um leque (não muito vasto, dadas as fracas possibilidades orçamentais do país) de cursos superiores em tudo iguais aos seus homólogos civis que possam servir às FFAA (gestão de recursos humanos, psicologia, história, sociologia, relações internacionais, informática, matemática e mais um ou dois outros semelhantes) para cada aluno escolher aquele para o qual se sente mais vocacionado (atendendo à versatilidade que se está a delinear no ensino superior poderia haver, até, a possibilidade de escolha de disciplinas de vários cursos de modo a formar um todo coerente);

c) Criar um corpo de disciplinas básicas que têm de fazer parte da formação de qualquer oficial (liderança, ética militar, sociologia militar, táctica, história militar, estratégia, armamento, comunicações, logística, topografia e fotografia aérea, entre

outras) que, sendo o curso militar por excelência, forneçam a base teórica para a prática do exercício do comando e condução de tropas;

d) Activar as Escolas Práticas das Armas (Especialidades ou Classes) como verdadeiros Estabelecimentos de Ensino Complementar dos conhecimentos teóricos e teórico-práticos ministrados nas Academias, estruturando sucessivos cursos que ampliem e sedimentem o Saber necessário ao desempenho de cada novo grupo de graduações militares ou de funções castrenses;

e) Eliminar os Institutos de Altos Estudos (ou Superior Naval de Guerra), criando um único Estabelecimento de formação e preparação teórico-prática dos oficiais gerais dos três Ramos das FFAA com programas de disciplinas iguais, idênticos e diferenciados de acordo com a origem de cada aluno.

Se se implementasse um modelo de ESM nos moldes que deixámos meramente esboçado teríamos oficiais formados para o futuro dentro de um quadro nacional e estaríamos, provavelmente a caminhar no sentido daquilo que poderá vir a ser a educação militar dos oficiais das FFAA de uma União Europeia que pratique uma política de defesa comum e integrada. Como é evidente, e pelas razões que já antes deixámos explanadas, o esboço apresentado é incompatível com a ideia de uma Universidade das Forças Armadas, exactamente porque é o inverso do que existe actualmente. Quer dizer, o que prognosticamos é a *entrada das Universidades nas Academias* e não a *entrada das Academias nas Universidades*.

11. Conclusão

Depois de ter explanado sobre o modo como evoluiu o ensino militar entre o século XVIII e o século XX, relacionando-o com o modo de produção dos artefactos bélicos e com a evolução da técnica com base no aprofundamento das chamadas Ciências Exactas, perspectivámos alterações desse mesmo ensino em função de uma economia de mercado que cada vez mais coordena e comanda a produção dos armamentos. Defendemos que o ensino militar do futuro tem de estar à frente do próprio futuro tecnológico, paradoxalmente, regressando aos princípios que ditaram as escolhas dos chefes militares quando não existiam escolas para os formar, isto é, preparando para a gestão e liderança dos homens e dos armamentos com claro desenvolvimento da táctica e da estratégia.

Em consequência das considerações que fomos fazendo, foi-nos possível balizar alguns tipos de conhecimentos que se vão tornar essenciais aos oficiais do século

XXI, desprezando, por desnecessários, alguns dos que ainda hoje dão forma ao saber teórico e académico que se ministra nas Escolas Militares.

Reflectindo sobre o caso português, concluímos que ele representa uma verdadeira aberração por motivos evidentes que se justificam com a perda de importância e protagonismo dos militares na cena nacional e um sentimento de inferioridade perante toda uma geração que estava a conseguir obter graus académicos universitários. Justificam-se, também, com base na falta de lógica de incorporar na Universidade um curso que não pode ser frequentado por qualquer candidato que não deseje seguir a carreira das armas.

Apresentámos delineamentos de hipóteses curriculares para um ESM português integrado na União Europeia que não possua ainda política externa comum e política de defesa comum, mas deixámos, também, em aberto a hipótese de como se terá de refazer o ensino militar se essas políticas virem a tornar-se realidade através da alteração do estatuto político da União.

Não quisemos ser exaustivos dentro do tema até porque redundaria em estultícia querer vislumbrar para além do que é cientificamente recomendável, mas não nos eximimos a aconselhar o desenvolvimento de estudos que possam, dentro do razoável, definir os contornos das conjunturas futuras que ditarão o modelo de oficial das FFAA, quer em Portugal quer na Europa e, quiçá, no mundo.

